

NÃO AOS IMPOSTOS

Ives Gandra da Silva Martins

O relatório do deputado do Virgílio Guimarães, nas diversas versões prévias de que se teve conhecimento, demonstra que a reforma tributária pretendida pelo governo implica brutal aumento de carga tributária, visto que as pressões dos detentores do poder (governadores e prefeitos), assim como o viés redistributivo "pro domo sua" — marca ultrapassada dos que desconhecem os mecanismos de tributação internacional e acreditam que a "progressividade" é um princípio "inteligente" e "avançado" — desfiguram qualquer sistema racional.

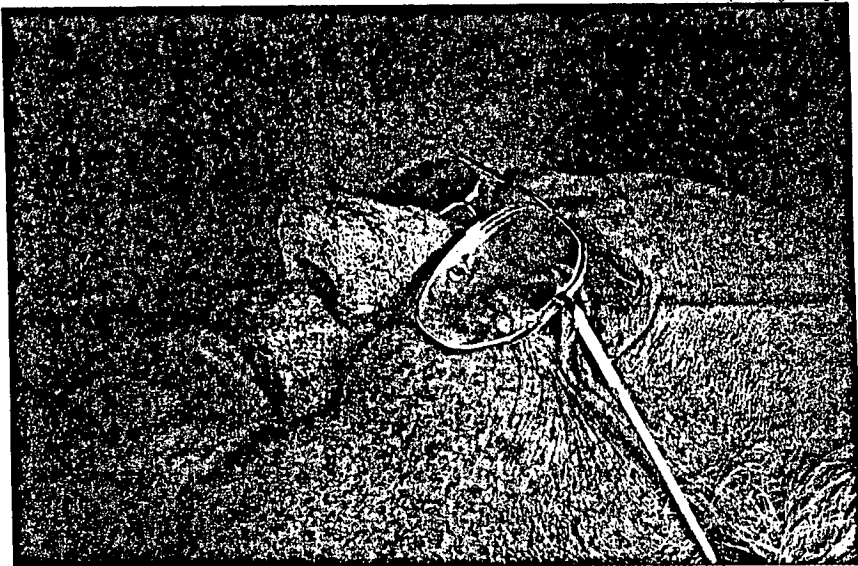
Paulo Pampolin/Digna Imagem

É preciso que se diga que muito poucos estão interessados em adequada reforma tributária. O que a esmagadora maioria deseja é, apenas, mais receita, visto que não conseguem reduzir as despesas crescentes das administrações inchadas, paquidérmicas e inoperantes.

Ninguém pretende — salvo, talvez, alguns poucos parlamentares — melhorar o sistema, mas, apenas, aumentar a receita, conduta que já tornou a carga tributária brasileira confiscatória e a maior do mundo, se relacionada à

falta de prestação de serviços públicos adequados. É preciso que a sociedade — a única que deverá pagar a conta — diga não a esta reforma.

Alguns profundos desconhecidos dos mecanismos protetores de heranças que existem, nos países desenvolvidos — como, por exemplo, os "trusts" — ainda acreditam que tributá-las em 35% ou 50% é justo. A não ser que estejam pretendendo transferir a titularidade do parque produtivo nacional para as mãos de um Estado conformado sob modelo fidelista, marxista ou de ultrapasado socialismo, o absurdo salta aos olhos.



"Os mecanismos da progressividade demonstram que o que se pretende, realmente, é fulminar a livre iniciativa, nulificando o direito de investir e gerar empregos, como forma de o Estado apropriar-se dos meios de produção"

Nada melhor, para augurar investimentos e poupanças do que acenar com tributação desta espécie. E também para desincentivar o trabalho e a geração de empregos. De que vale o cidadão lutar para construir um patri-

mônio para proteção à família, se o fruto do trabalho não irá para seus filhos, mas para os detentores do poder, que via de regra consomem a receita arrecadada na manutenção de privilégios — quando não a desviam — sem prestar serviços públicos aos mesmos razoáveis?

A reforma, a meu ver, com tais mecanismos de progressividade e sem aqueles mecanismos que, nos países desenvolvidos, reduzem a menos 0,5% do PIB o nível do imposto da tributação sobre heranças e doações — está a demonstrar que o que se pretende, realmente, é fulminar a livre iniciativa, nulificando o direito de investir e gerar empregos, como forma de o Estado apropriar-se dos meios de produção.

que a sociedade logrou imprimir no campo — colocando em risco a qualidade alcançada pelo Brasil na produção agrícola — e na cidade, por meio do esbulho e do confisco.

Se é assim que se pretende fazer desta uma grande nação — e implementar a geração de empregos e desenvolvimento, que só a sociedade pode produzir — é preciso dizer não a esta reforma, que implicará, pelo seu viés "redistributivo" em favor dos privilegiados do poder, mais desemprego, mais exclusão social, mais insegurança jurídica, mais falências e concordatas, imobilizando e extinguindo o único setor que pode tirar o país da crise, se o governo não atrapalhar, que é o setor empresarial, com a colaboração dos trabalhadores privados, as grandes vítimas dos erros tributários e monetários do governo.

Que o Brasil saiba repudiar e impedir esta retrograda reforma.

Ives Gandra da Silva Martins

Professor Emérito da Universidade Mackenzie e da Escola de Comando

e Estado Maior do Exército,

Presidente do Conselho de Estudos

Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e Membro do

Conselho Superior da Associação

Comercial de São Paulo.